



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1192/07	DATA: 15/8/2007
INÍCIO: 12h35min	TÉRMINO: 14h34min	DURAÇÃO: 1h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h58min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 24

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate acerca da agenda de trabalho da CPI. Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro, envolvendo um Boeing 737-800, da Gol (vôo 1907), e um jato Legacy, da América ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

Ata.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do nobre Deputado Eduardo Cunha.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

A Ordem do Dia hoje é destinada à apreciação de requerimentos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, só um esclarecimento, por gentileza. *(Pausa.)* É possível, Presidente?

Estava marcada a oitava hoje do Brigadeiro Kersul. Eu estou vendo que ele chorou no Senado, ontem, enfim. E tem esclarecimentos importantes dele para prestar a esta Comissão, tendo em vista 2 fatores. O primeiro fator é que nós fomos tomar conhecimento dos gráficos, de novo, da caixa-preta, no *site* e, obviamente, em um veículo de comunicação; analisado, com opinião do CENIPA; e sem que esta Comissão tivesse tido a oportunidade de um esclarecimento igual ao que o órgão de imprensa teve.

Em segundo lugar, o depoimento do Vice-Presidente da Airbus, que fez menção clara e textualmente que o CENIPA afirmou, na análise da caixa-preta, que não havia falha de equipamento.

Terceiro ponto: o Coronel Fernando Camargo, chefe da investigação, aqui esteve e se comprometeu a entregar — até é solicitação da Deputada Luciana Genro — as propostas que estavam sendo feitas pelo CENIPA... das minutas das propostas que iam ser submetidas ao CONAC. Eu fiz até um requerimento, que eu



ia entrar extrapauta na semana passada, mas, na confusão que se seguiu, acabei não entrando, e está na pauta de hoje.

Então, eu acho que o Brigadeiro Kersul, aqui, tem ainda o que falar.

Então, pergunto a V.Exa. se houve um adiamento ou houve um problema em função do choro de ontem; criou um clima; vai adiar por causa disso; ou se vai marcar um nova data, ou se foi uma decisão de não ouvi-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, esta Comissão, ontem, decidiu adiar a oitiva do Brigadeiro Kersul. Não foi...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não. A Comissão, não. Então, V.Exa. é que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não! Foi a Comissão.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ah! Foi a Comissão? Foi deliberado isso ontem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Foi deliberado ontem pela Comissão...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Deliberado? Houve deliberação ontem? De que requerimento? Ontem, não teve deliberativa de requerimentos.

Não houve deliberação ontem, Presidente. Pode ter sido até informalmente. V.Exa. ter... Mas deliberação não houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Há deliberação de convocação dele. Isso, sim. Havia uma oitiva marcada, e ele tem o que falar.

Tudo bem. Se houve uma deliberação, eu não me incomodo que a gente tenha apreciado aqui. Se a Comissão decidir, tudo bem. Mas eu entendo que ele está convocado. Então, eu cobro de V.Exa., pela convocação dele, que marque a oitiva dele, ou então que apresente um requerimento cancelando a convocação dele, e seja isso submetido a voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

Deputado Eduardo Cunha, diante de uma conversa que tive com o nosso Relator, Marco Maia...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. O Relator prefere...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - V.Exa. tem a prerrogativa de não marcar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não! Mas não é isso.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Eu gostaria de falar também, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Eu queria também contrapor, Sr. Presidente.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Na verdade, Deputado Eduardo Cunha, se o senhor bem se recorda, na última quinta-feira, quando do depoimento do Vice-Presidente da Airbus, foi proposta a reconvocação ou a continuidade da convocação do Brigadeiro Kersul. E nós, naquela oportunidade, a condicionamos a que houvesse uma explicação oficial por parte da Aeronáutica em relação às declarações dadas pelo Vice-Presidente da Airbus.

Saiu, na verdade, uma matéria no jornal — se não me engano, no jornal *O Globo* —, onde expressava o posicionamento da Aeronáutica, em alguma medida confirmando a informação, dizendo que o Coronel Camargo havia autorizado a Airbus a expressar aquela posição através de uma nota técnica ou um telegrama de informações em relação àquele tema.

De posse desta informação, que ainda não é uma informação oficial da Aeronáutica — é bom que se diga isto —, e em função de que nós estamos contratando um especialista para analisar os dados da caixa-preta, e a partir disso nós termos uma informação mais precisa sobre o que contêm as caixas-pretas, o que nos ajudaria a questionar, a fazer uma oitiva mais qualificada com o Brigadeiro Kersul, nós optamos — eu fiz essa proposição ontem — de que nós não realizássemos a oitiva com o Brigadeiro Kersul no dia de ontem... de hoje, aliás, para ter estas informações de forma mais qualificada; e nós não ficássemos aqui apenas reproduzindo perguntas e questionamentos que nós já realizamos em outra oportunidade, e o Brigadeiro Kersul ficaria dizendo: *“Olha, eu ainda não tenho essas informações; eu não posso falar sobre o assunto”*. Ou: *“O CENIPA vai demorar 10*



meses para fazer a sua investigação”. E nós ficássemos chovendo no molhado, como se costuma dizer, num depoimento, numa oitiva que não acrescentaria para o processo de investigação da CPI, neste momento.

Então, era esta...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu só queria complementar V.Exa. e dizer o seguinte...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Só concluindo; deixa eu só concluir, Deputado Eduardo Cunha.

Então, foi esta a reflexão que nós fizemos, não anulando a convocação do Brigadeiro Kersul para esta CPI, mas convocando ele, talvez na próxima semana, já com elementos substanciais que pudessem nos permitir inclusive dialogar com o CENIPA sobre as hipóteses que levaram ao acidente, a partir da análise, com mais precisão, dos dados da caixa-preta, de dados que são importantes e fundamentais para este processo de investigação.

E, como a decisão que havia sido tomada na semana passada foi uma decisão de convocá-lo dependendo das respostas que fossem produzidas pelo CENIPA — não foi uma determinação; ele estará aqui na próxima semana —, ela estava condicionada a esta situação. E, fazendo uma análise de que nós estaríamos aqui hoje perguntando mais uma vez ao vento, não é? Portanto, aí é que este Relator propôs que nós não ouvíssemos o Brigadeiro Kersul no dia de hoje. Não tem nada a ver com o Senado, não tem nada a ver com a choradeira, não tem nada a ver com o comportamento do Brigadeiro Kersul, não tem nada a ver com essas questões. Tem a ver apenas com a praticidade de nós produzirmos, com o Brigadeiro Kersul, num próximo depoimento, questões que possam efetivamente contribuir para o processo investigativo desta CPI.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Relator, eu, como sempre, respeito V.Exa. e obviamente acatarei a posição que V.Exa. expressou. Porém, eu digo aqui o seguinte: eu quero ressaltar uma posição clara. V.Exa., na sua própria contestação e justificativa, já deu uma motivação pela presença dele aqui.

O CENIPA... tivemos as informações, embora não tenha confirmado. Ou seja, nós estamos virando jogo de manobra do CENIPA com relação às investigações.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - E, ao mesmo tempo, nos jornais a gente lê os detalhamentos técnicos, de tudo, quando aqui todos negam. Ontem, eu ouvi V.Exa. elogiar o Comandante, porque estava falando sobre a caixa-preta — V.Exa. mesmo disse que ninguém fala —, e elogiou o Comandante da TAM por causa disso.

Então, acho que, em respeito a esta Comissão, V.Exa. dizer que vai ser na semana que vem ou na outra não tem nenhum problema.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu disse que nós vamos contratar um técnico, um especialista. Eu não quero mais ficar mendigando informação sobre a caixa-preta.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - É isso. Eu vou, como sempre, acatar V.Exa., mas dizer que eu gostaria de cobrar do Presidente que marque a data da oitiva.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Para contestar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Para contestar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini, por favor.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, é muito importante que esta CPI não perca o foco nos seus trabalhos.

Pelo requerimento que deu origem a esta CPI, a responsabilidade, o que a sociedade espera desta CPI é que nós tenhamos um verdadeiro diagnóstico da crise aérea brasileira e que nós apontemos os caminhos alternativos para a solução dessa crise aérea. Lógico, dentro dessa crise aérea, os acidentes, e principalmente esse acidente de Congonhas, que, mesmo com todo o esforço ou com o trabalho no sentido de que os riscos venham a ser minimizados, nós vimos ocorrer um acidente porque órgãos públicos erraram.

Então, eu acho que nós ganharíamos muito mais nesta CPI se nós identificássemos esses fatores, esses responsáveis, e nos dedicássemos a ir a fundo nessas questões desses órgãos que falharam nesse sistema do que



propriamente no acidente em si. Já veio aqui o representante do CENIPA, o Presidente. E agora eu acho que o Relator está correto. O que nós precisamos é ter uma assessoria nesta CPI que consiga traduzir para nós informações que nós não somos capazes de decifrar.

Então, a minha posição é que eu acho que deve vir o brigadeiro, deve vir o coronel, mas muito mais lá na frente, quando nós tivermos outros subsídios que possam nos ajudar. E isso permite manter esse trabalho e investigar os responsáveis. Eu acho que esse acidente de Congonhas poderia ter sido evitado. E, aí sim, os responsáveis por ele é que são mais importantes para nós.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, eu tenho, na medida do possível, colocado que, como o Deputado Martini, discordo de algumas posições já tentando concluir em relação ao acidente. Acho que pode ser evitado. Todo acidente pode ser evitado e pode acontecer novamente. Mas eu acho que nós precisamos agora começar a retomar o foco. Eu assisti ontem à repercussão em relação ao depoimento do Kersul e a forma como os Senadores atuaram. E eu tenho sido um crítico dos Senadores em relação à forma como S.Exas. têm conduzido aquela CPI. Há 2 personagens de filmes de terror, o Freddy Kruger e o Jason, e esta CPI não pode se tornar em sessões de tortura, nem emocional, nem física, no tempo do depoimento, e muito menos do ponto de vista emocional. Não é porque a CPI optou por esse caminho que, necessariamente, a nossa CPI precisa... Nós precisamos dar um pouquinho mais de tempo para essa questão da investigação. Nós estamos mantendo o CENIPA sob uma pressão desnecessária. Nós poderemos... Vamos debater daqui a pouco se teremos mais tempo ou menos tempo em relação ao prazo definido da CPI. Mas se eles optaram por esse caminho, não é porque eles optaram que nós vamos seguir o mesmo caminho. Até porque esta CPI tem um foco, que é a crise aérea, e não o acidente, independentemente se há interesse do Governo ou da Oposição de manter mais desse jeito ou menos



desse jeito. Se eles querem ser o Freddy Kruger, nós não precisamos ser o Jason nesse caminho.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, eu gostaria também, Sr. Presidente, de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei Macris, V.Exa. falará em seguida.

Deputada Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Presidente, eu entendo que esse requerimento chamando o brigadeiro Kersul teve um sentido de urgência, que está relacionado ao fato de que a Airbus esteve aqui dizendo que foi autorizada pelo Comando a dizer que não havia problemas técnicos no avião. Então, em primeiro lugar... Inclusive, o brigadeiro Átila telefonou para mim, na segunda-feira, me perguntando se eu concordaria em adiar o depoimento do brigadeiro Kersul. Eu disse a ele que sim. Mas ele me disse naquele momento que o brigadeiro encaminharia por escrito uma resposta à CPI sobre esse assunto. Então, eu estou de acordo que nós deixemos o depoimento do brigadeiro para mais adiante. Mas nós precisamos dessa resposta imediatamente, porque isso faz parte do processo de investigação e faz parte também das avaliações que nós precisamos ter sobre o comportamento do Comando da Aeronáutica perante esta CPI, porque, para nós, eles não quiseram falar, disseram que a caixa-preta não poderia ser por eles analisada. Mas se eles autorizaram a Airbus a descartar falha técnica no avião, eles precisam se explicar perante esta CPI, porque esse comportamento não é adequado.

E, por fim, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: nós temos um requerimento aprovado já há várias semanas para que o sargento controlador, Presidente da Federação Brasileira das Associações de Controladores de Tráfego Aéreo, Carlos Trifilio, venha depor nesta CPI. Eu julgo que esse depoimento é urgente, Sr. Presidente, não só pelo fato de o sargento ser o Presidente da Federação, mas por ele também atuar em São Paulo, no Aeroporto de Congonhas, onde ocorreu o acidente. Eu acho que é muito importante que a visão dos controladores, que não estão, digamos assim, subjugados pelo Comando da Aeronáutica, venham a esta CPI nos dar também a opinião deles sobre a situação



no Aeroporto de Congonhas e as causas que levaram ao acidente, entre outras questões que dizem respeito a esta CPI e que os controladores podem nos ajudar enormemente a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Quase sempre estamos de acordo, Deputada Luciana Genro.

Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu vou na mesma linha da proposta do Deputado André Vargas, quando fala que — e nós temos defendido isso, a bancada do PSDB nesta CPI — nós não podemos fugir muito do foco principal desta CPI, que é analisar o sistema de tráfego aéreo brasileiro, o controle de tráfego, o sistema de infra-estrutura aeroportuária e essas questões que envolvem toda a proposta inicial desta nossa CPI. Portanto, essa questão do acidente eu entendo que ela é importante. O CENIPA é o canal adequado para investigar. Vamos dar um tempo para que o CENIPA avance um pouco mais.

Eu tenho dificuldades em achar que o brigadeiro Kersul possa estar aqui, dar informações novas desta última semana. Acabou de ir ao Senado agora. Então eu vejo que nós precisamos amadurecer outras questões importantes que estão em andamento nesta CPI. Claro, o acidente precisa ser também acompanhado de perto. O CENIPA é o órgão adequado para poder analisar. Não vai aqui nenhum juízo de valor sobre se a investigação do CENIPA será ou não bem feita. Isso é um problema que nós vamos avaliar mais para a frente. Mas, neste momento, Sr. Presidente, eu acho que não há necessidade de definir data da vinda do brigadeiro. Faremos isso mais à frente, quando tivermos um pouco mais de avanço nas investigações. É essa a posição que eu queria adotar, para que nós não tenhamos, neste momento, a marcação de uma presença nova do brigadeiro Kersul nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito, Deputado. Vamos ao próximo que pediu a palavra, o Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, caros colegas, a minha intervenção é rápida, mesmo porque hoje a Casa vai discutir a CPMF nas outras Comissões, e vamos solicitar maior agilidade ao nosso processo.

Mas, Sr. Presidente, reitero a V.Exa., ao nobre Relator e aos pares desta Comissão... E vou citar como exemplo, de novo, a CPI dos Correios, que começou



com pouco trabalho, os trabalhos foram se avolumando, foram criadas 4 sub-relatorias — inclusive eu fui um dos Sub-Relatores — e só depois que foi contratada uma assessoria para nos auxiliar foi que nós conseguimos organizar melhor os trabalhos da CPI.

Portanto, eu volto — já tenho requerimento aprovado — a solicitar a V.Exa., ao Relator, que estude a possibilidade da contratação de uma empresa especializada para nos auxiliar. Eu já enxergo agora que a assessoria da Comissão já está passando por apuros pela quantidade de trabalho que tem e, principalmente, pela análise técnica desse material, porque eles não são especializados para este trabalho. Então, eu volto a solicitar a V.Exa., Sr. Relator, que dê uma preferência de estudo e veja se há no mercado uma assessoria para nos auxiliar nesses últimos meses desta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Próximo inscrito, nobre Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, em relação a esse requerimento, eu quero fazer minhas as palavras do Deputado Miguel Martini e lembrar que, de fato, houve, como disse a nossa colega Luciana Genro, essa informação da Airbus e que precisa ser esclarecida. Mas, para mim, está absolutamente tranquilo que isso possa ser feito através de um ofício e resolvido esse problema.

Mas me preocupa uma outra coisa. Nós estamos agora com mais outro tanto de requerimentos para serem aprovados, uma série de oitivas que vão ser feitas. Eu estou achando que, em algum momento, nós vamos ter que parar e analisar todos os dados que temos, juntamente com o Relator, fazer uma sub-relatoria, sei lá o quê, um resumo inicial, para que a gente possa até se posicionar, para saber onde nós estamos e para onde nós estamos querendo ir. Porque nós estamos aqui no discurso, no genérico, dizendo quais são as funções da CPI, com o que eu concordo, mas precisamos saber até onde nós já chegamos, que conclusões nós já podemos tirar e aonde a gente quer ir.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Palavras sábias, Deputado Dr. Ubiali.

Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, na semana passada, nós tivemos aqui o depoimento do presidente da Airbus. Então, nós já tínhamos tido um problema com a Airbus. Veio um representante...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Presidente da Airbus?

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O vice-presidente, o de segurança. O anterior, o que nos foi mandado, o representante da Airbus, era apenas aí, sei lá, um assessor de imprensa, uma pessoa que não tinha muito a ver. Esse veio do exterior e fez aqui um depoimento peremptório. Como o acidente da TAM, em São Paulo, ganhou notoriedade muito grande na questão, a resposta peremptória dada pelo vice-presidente de segurança da Airbus, aqui, de que não havia nenhuma possibilidade — ou seja, ele descartou qualquer possibilidade — de pane nos sistemas da aeronave causou mal-estar muito grande na CPI, e isso ganhou as manchetes dos jornais. Então, nós queríamos dizer o seguinte: naquele momento foi absolutamente correto, porque era contraditório com toda a lógica que o CENIPA vinha defendendo, de não fazer conclusões apressadas e ter mais elementos para ter um relatório conclusivo. Mas, no dia seguinte, apareceu uma matéria dizendo o contrário. Eu conversei com o Relator Marco Maia. A matéria que saiu no *Globo* é contraditória — o título com o conteúdo. É por isso que a Aeronáutica precisa se manifestar se avalizou, endossou, ou não o relatório do CENIPA. O CENIPA deu aval à fala do vice-presidente executivo? Nós precisamos dessa resposta. Então é esse o questionamento tem que ser feito à Aeronáutica e ao CENIPA. Isso eu acho que a CPI tem que tirar rapidamente a limpo, para que essa informação venha à tona. Porque se ele deu o aval, então acho que nós precisamos de uma certa urgência aqui na convocação do brigadeiro.

Agora, a segunda questão que eu queria apresentar, Sr. Presidente, me permita, é a seguinte: hoje, nós temos aqui na pauta mais 42 requerimentos. Só que nós já tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Portanto, nós temos que começar.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas eu queria dizer o seguinte: nós já aprovamos outros tantos que não foram efetivados. É a isso que eu quero me referir. Nós temos talvez aí 150 a 200 requerimentos. Eu quero saber se nós vamos, Presidente... A minha sugestão é que nós façamos, na semana que vem, uma reunião de trabalho, para consolidar... Nós temos que consolidar o trabalho, definir as metas, definir o *time* da CPI, ou seja, qual é o prazo de extensão dela. Nós temos que definir o prazo, definir se vai haver sub-relatorias ou não, definir os requerimentos que vão ganhar prioridade, aqueles que serão negociados aqui entre os Deputados. Eu tenho requerimentos aprovados aqui há um mês, um mês e meio, que não se efetivaram. Então, eu quero saber se isso está descartado, se vai ter um balanço disso. Então, eu proponho uma reunião de trabalho que, em cima da postergação, da extensão do prazo da CPI, e também em cima do balanço dos requerimentos, do trabalho da CPI, a gente tenha um novo plano de trabalho dentro desse período.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Dada a manifestação de vários Srs. Parlamentares, concretamente, fica a proposta do Deputado Ivan Valente, se nós escolheríamos um dia da próxima semana para fazermos uma reunião interna, para que a gente pudesse fazer, no sentido do que disse o Deputado Dr. Ubiali, um balanço geral do que temos feito, como está o nosso material, as informações, os requerimentos aprovados, quais seriam as oitivas mais importantes que deveríamos fazer.

A Deputada Luciana Genro apresentou uma sugestão de convocar — já está aprovado — o sargento controlador Carlos Trifilio. Então, eu, particularmente, sou a favor de que a gente fizesse, num dia da próxima semana, essa auto-avaliação: como devemos conduzir os trabalhos, o que fizemos, como estamos, os rumos que vamos tomar daqui para a frente, se criaremos mais Subcomissões ou não.

Coloco, então, à apreciação de V.Exas. Se ninguém estiver em desacordo, nós vamos então escolher um dos dias da próxima semana, que poderia ser quarta-feira, porque a gente faria as audiências na terça e na quinta, e quarta-feira nós tiraríamos, então, para esse balanço geral.



A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Concordando, Presidente, apenas acrescento que a outra proposta colocada aqui por nós é que o Comando da Aeronáutica seja instado a nos responder de imediato essa questão da Airbus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não tenha dúvida. Está anotado aqui. Eu cobrarei hoje ainda, Deputada Luciana.

Estamos de acordo, então? (*Pausa.*)

Então, eu queria falar outra coisa. Foi deliberada aqui, na semana passada, a criação de uma Subcomissão para tratar da legislação específica ao nosso assunto. E ficou, então, de os partidos indicarem os seus membros. Como nós somos 24, e foi a Subcomissão composta por 6 membros, então será um quarto do total de membros. Então...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Não são 48, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, os titulares.

Então, pelos nossos cálculos aqui, a coligação PMDB/PT/PP/PRP/PTB/PSC — não sei se tem mais — tem 12 membros. Então, um quarto de 12 seriam 3. O PSDB/Democratas/PPS tem 7 membros; teria direito a 1, por aproximação, a 2. O PSB/PDT/PCdoB/PMN teria, então, direito a 1. São 3 membros e, por aproximação, teriam direito a 1. O PV e o PSOL não teriam direito, a não ser que se associassem a outros. Então, assim, faria o total de 6.

Então, eu vou pedir que até o final da tarde de hoje seja feita a indicação desses membros, para a gente já possa constituir essa Subcomissão e ela possa apresentar o seu roteiro de trabalho e começar, efetivamente, os seus trabalhos sobre a legislação.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Igual número de suplentes, também, ou não? Seria bom, Presidente. Seria bom. Por exemplo, se são 2 do Bloco PSDB/Democratas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode ser. Pode ter suplentes, então.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ...aí teriam 2 suplentes, também, para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, poderíamos colocar o mesmo número de suplentes, se acharem conveniente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não vejo mal, não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E os suplentes poderiam participar ativamente. Não faz mal.

Feito isso, então, com a concordância de todos, vamos iniciar a apreciação de requerimentos.

Vamos ao Item 1 da pauta.

Do Item 1 ao Item 3 são requerimentos de informação. Como nós temos feito aqui, das vezes anteriores, nós colocamos esses requerimentos em conjunto, globalmente. Então, eu vou colocar para encaminhamento os requerimentos dos Itens de nºs 1, 2 e 3, que tratam de pedidos de informações.

Para encaminhar os requerimentos, Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, esse Item 2, que está incluso, não é requerimento de informação, é transferência, ou seja, cópia do inteiro teor do processo que se encontra na Justiça. Inclusive, gostaria de solicitar a V.Exa. que, a partir do...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - De cópia do inteiro teor do processo na Justiça sob a transação comercial entre a empresa VARIG e a empresa Gol, pelo qual todo o prejuízo da VARIG ficou para trás, e a Gol saiu de lá sem dívida alguma. Isso é muito importante. Gostaria, depois de aprovado, que déssemos uma prioridade para requerer isso à Justiça do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Dr. Ubiali, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Eu admiro o trabalho do Deputado Carlos Willian, acho-o um Deputado combativo, atuante, mas não entendo em que ponto isso pode ajudar esta CPI a esclarecer o problema do tráfego aéreo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, vamos separar os requerimentos. Vamos votar um por um.

Então, Item 1 da pauta.

Requerimento nº 571/07, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, que “requer ao Comando da Aeronáutica, no prazo de 48 horas, que providencie junto ao



CENIPA as propostas do órgão acerca da prevenção de acidentes no aeroporto de Congonhas, após o acidente da TAM, de 17 de julho de 2007, comprometidas de serem entregues a esta Comissão Parlamentar de Inquérito pelo coronel chefe de investigação e não disponíveis até o presente momento”.

Para encaminhar o requerimento.

Não havendo quem queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 577/07, de autoria do nobre Deputado Carlos Willian, que requer ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro cópia de inteiro teor da ação que tramita na 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, referente ao processo de transação comercial entre as empresas VARIG e Gol.

Para encaminhar o requerimento, Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Bom, se o autor do requerimento puder me explicar... Mas se S.Exa. não me explicar, não vejo... Vou encaminhar contra, porque não vejo em que isso possa ajudar. Se fosse um pedido de esclarecimento do porquê, de alguma forma, a VARIG faliu, acho que talvez pudesse até ajudar de alguma forma. Mas essa negociação não entendo em quê, para esta Comissão, isso possa importar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, estamos tendo a prática aqui, nesta Comissão, de nenhum pedido de informação de documentação ter sido negado. Seja qual a motivação que o Parlamentar A ou B ou C tenha quando pede, nós todos temos sido favoráveis aos pedidos de informação de todos os Parlamentares. Então, não gostaria de quebrar essa prática agora. Acho que deveríamos ter mantido e votado em bloco, porque não me opus a nenhum pedido de informação de qualquer Parlamentar aqui. Então, vou encaminhar favorável a esse e a todo pedido de informação que tenha a ver com o objeto da CPI. A transação entre VARIG e Gol ou isso tudo... pode estar dentro dessa documentação



alguma explicação. Isso deve vir em 200 volumes. O Deputado Carlos Willian deve saber o que ele deve estar querendo. Então, não vou entrar aqui no mérito. Acho que tem a ver com o objeto e sou favorável a esse e a todo outro requerimento de informação que tenha a ver com o nosso objeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, o contexto da infraestrutura aeroportuária nacional e o tema que a gente, de alguma maneira, procura aqui aprofundar, é complexo e amplo. Todos sabemos que um dos fatores preponderantes para a eclosão homeopática, diria — aos poucos foi-se dando isso —, da crise aérea foi o fato da falência da VARIG, daquele drama todo a que assistimos. E, de fato, no Tribunal de Justiça, na Vara Empresarial, no Rio de Janeiro, tramitou um processo que foi muito discutido. Para se ter idéia, um juiz ficou especialmente designado pelo tribunal para cuidar disso durante muito tempo. Eu não vejo mal nenhum em solicitarmos o inteiro teor do processo. Acho até que nós poderíamos ir além. Acho que vale a pena a oitiva do juiz Roberto Ayoub, que tem uma experiência...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Está convocado?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Já está convocado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não vejo mal, não. Não vejo mal, não. E devo dizer também que há um requerimento que eu sugeri, como se fosse um convite ao ex-Deputado Federal e Deputado Estadual Paulo Ramos, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que presidiu uma CPI que examinou mais detalhadamente esse assunto e tem um relatório interessante que vale a pena o Relator da nossa CPI ter acesso. Enfim, queria trazer essa ponderação a favor desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado André Vargas.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, quantos encaminhamentos são? Houve alguma alteração? Só para saber o ritual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - São 4.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Quatro.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, também estava refletindo aqui com a nossa bancada, a bancada do PT, e reflito aqui a nossa posição também, que é a posição de que quaisquer documentos deve ter aprovado o seu requerimento, até porque a informação é um direito. Agora, evitando com isso uma alteração muito grande, uma abertura muito grande do foco da CPI. Talvez esse seja um dos itens. Acho importante analisar, para ver se é o caso de abrir o foco. Então, com relação à convocação, sobre esse caso, nós temos posição contrária, mas com relação à requisição de documentos nós temos posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Tendo esgotado o número regimental de 4 encaminhamentos, vamos passar à votação.

Em votação o Item 2 da pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 3.

Requerimento nº 579/07, de autoria do nobre Deputado Miguel Martini, que “requer informação do Ministério da Defesa sobre as atividades da Comissão Técnica de Coordenação de Atividades Aéreas — COTAER, em especial sobre resoluções, atas e documentos dos anos de 2006 e 2007”.

Para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pela ordem.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, eu queria saber do Relator qual é o objetivo desse requerimento, o que se propõe, que tipos de informações seriam obtidas a partir desse requerimento em relação ao objeto da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Quer saber do autor do requerimento?



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini com a palavra.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Era o que eu ia fazer.

Sr. Presidente, a motivação de ter essas informações é exatamente porque com o modelo que foi criado, novo, de CONAC e COTAER, nós precisamos saber o que esse COTAER fez das suas reuniões, das suas atas, para que esses documentos possam nos dar ajuda, nos dar auxílio, até mesmo para entender todos esses fatos. Então o pedido de informações é exatamente para isso.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Dr. Ubiali, para encaminhar. É o terceiro.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Em virtude das explicações dadas para o requerimento anterior de que todos os requerimentos de informação vão ser aprovados, e até porque na hora de votar não manifestei voto contrário, até por isso, concordando com todo mundo, acho que esse também entra no mesmo esquema e deve ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, é rápido. Era justamente isso que eu queria colocar. Já existe um entendimento. Nós estamos honrando esse entendimento até o presente momento. Nós estamos perdendo tempo. O requerimento é pertinente, do Deputado Miguel Martini, faz parte do corpo desta CPI. Então eu acho que nós temos que aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

Não havendo mais quem queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Requerimentos catalogados por nossa assessoria como requerimentos diversos.

Item 4 da pauta.

Requerimento nº 509/07, dos Srs. Otavio Leite e Vanderlei Macris, que “requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por 60 dias”.



O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É o Item 4 da pauta, que requer a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por 60 dias.

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu havia me manifestado favoravelmente aqui e mostrei claramente, durante o período que V.Exa. não pôde estar aqui, devido a esses acontecimentos, a necessidade de uma prorrogação. Porém, a minha ponderação aos autores do requerimento é que 60 dias talvez seja um prazo bastante extenso. Eu faço uma proposição, para que a gente possa apoiar o requerimento, para que esse prazo seja de 30 dias. Se os autores do requerimento concordarem na modificação do prazo de 60 dias, eu sou favorável. Se não concordarem e houver a manutenção desse prazo, eu vou me manifestar contrário, mas com o compromisso, se não for aprovado, de apresentar um requerimento propondo a prorrogação por 30 dias, porque entendo que é um prazo razoável para que possamos concluir os trabalhos.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Pepe Vargas.

O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Deputado Ivan Valente havia feito uma intervenção — inclusive penso que o Presidente sabiamente a acatou —, uma proposta de encaminhamento. O Deputado Ivan Valente propunha, dado o número excessivo de requerimentos de oitivas, fazermos uma reunião de trabalho para produzirmos, quem sabe, um acordo, sobre quais as oitivas que são absolutamente necessárias e quais as que eventualmente poderíamos dispensar. Eu penso que, numa reunião de trabalho dessa natureza, nós poderíamos também discutir esse tema, o do prazo adequado para que a CPI possa concluir os seus trabalhos.

Então eu queria colocar essa possibilidade para os autores do requerimento, Deputados Gustavo Fruet e Vanderlei Macris. Não deliberaríamos sobre esse requerimento hoje; na reunião de trabalho nós tentaríamos ver se é possível acordar um prazo; e aprovaríamos por consenso aqui um prazo de trabalho para a CPI, sem necessidade dessa votação, porque, daí, já tendo claro quais as oitivas que temos a



fazer, qual o cronograma ainda necessário para essa CPI, nós poderíamos estabelecer o prazo para que ela possa concluir os seus trabalhos.

Então, eu faço esse apelo. Em caso contrário — obviamente isso aqui não é nenhuma forma de pressão —, eu tendo a acompanhar a opinião do Deputado Eduardo Cunha. Mas eu creio que, numa reunião de trabalho, nós poderíamos pensar um cronograma que signifique que esta CPI possa cumprir a sua função, a sua missão, de forma adequada, num prazo estabelecido por nós. Portanto, não votaríamos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deixem-me tentar organizar um pouco. Nós temos o requerimento, de autoria dos Deputados Otavio Leite e Vanderlei Macris, em que se propõe a prorrogação da CPI por 60 dias; temos a proposta do Deputado Eduardo Cunha, de 30 dias; e temos a proposta do Deputado Pepe Vargas, para nós deixarmos em suspenso esse requerimento, para, na reunião de trabalho que faremos provavelmente na quarta-feira, discutirmos internamente os problemas, as vantagens, as desvantagens, as necessidades e chegarmos a uma conclusão consensual sobre o tempo ideal de prorrogação desta CPI. E aí...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, eu só queria alertar que a nossa deliberação não produz efeito, que a votação tem que ser no plenário. Então, é bom que saibamos que não vale... O que podemos fazer aqui é apenas a sugestão, para que seja votada no plenário. O que o Plenário aprovar é que será soberano.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, peço a palavra como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vou obedecer às inscrições. No entanto, concederei a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, como autor do requerimento. Em seguida, falará o nosso Relator, Marco Maia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pois é, é exatamente isso que eu queria solicitar. O Relator, Sr. Presidente, é quem tem uma visão mais ampla de todas as informações que nós temos, compilando dados, depoimentos. É muito importante também que ele se manifeste aqui neste momento. A proposta que o Deputado Otavio Leite e eu fizemos foi para que nós não tivéssemos um atropelo no



processo de finalização dos trabalhos desta CPI, que, por sinal, até o presente momento, com algumas exceções, tem feito um trabalho hercúleo de levantamento de dados, e acho que de maneira bastante responsável. Eu gostaria de ouvir o Relator também sobre qual é o prazo que ele entende mais adequado para que possamos estabelecer um fecho nos trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o nosso Relator, Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu tinha pensado, Sr. Presidente — hoje é dia 15 de agosto —, em trabalhar com a perspectiva de termos mais 30 dias de oitivas na CPI, para trabalhar as nossas questões que ainda precisam ser mais bem investigadas, trabalhadas na CPI. São 4 semanas, teríamos condições de fazer aqui o conjunto de oitivas. E, depois disso, mais 15 dias, para que pudéssemos fazer o debate acerca do relatório final. Eu apresento o relatório, e aí nós temos um tempo para trabalhar todas as informações em relação ao relatório. Nós temos um tempo para discutir o relatório, para debater o relatório.

Agora, também acho que precisamos ter esta informação imediatamente — se vamos prorrogá-la ou não, e o prazo que vamos prorrogá-la —, porque, se esta CPI tiver que ser encerrar no dia 31 de agosto, temos só mais 16 dias. É quase impossível se produzir um relatório e fazer as oitivas, as que ainda são necessárias, dentro desse prazo de 16 dias. Essa decisão tem que ser tomada agora. Se eu tiver que escrever o relatório, finalizar o relatório nesses próximos 15 ou 16 dias, nós temos que tomar essa decisão meio que imediatamente, sob pena de não termos o prazo razoável para fazê-lo.

Então, se contarmos de hoje para frente mais 45 dias, o que significaria 30 dias de prorrogação da CPI, nós teríamos, na minha avaliação, todas as condições de produzir os debates, as oitivas que são necessárias e ter um prazo razoável para discutir o relatório final nesta CPI.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu quero chamar a atenção para um aspecto: quem prorroga, naturalmente, o prazo de funcionamento da CPI é o Plenário da Câmara. Então, nós precisamos ter uma certa urgência nessa decisão nossa aqui, para poder encaminhar a solicitação ao Presidente da



Casa, a fim de colocar isso — ainda têm as medidas provisórias que travam a pauta — em tempo útil, em tempo hábil, para poder prorrogar a CPI no prazo que nós estamos querendo.

Feito o esclarecimento, vou seguir a ordem das inscrições.

O próximo orador é o nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Bem, eu tenho uma opinião muito particular relativa à prorrogação. O risco de uma prorrogação é ficar ao sabor de circunstâncias. Se acontecer amanhã outro acidente aéreo, de uma forma circunstancial, vamos ficar presos novamente a esse outro fato circunstancial, esquecendo que existe um eixo de investigação. Estamos investigando a estrutura aeroportuária brasileira e não o acidente aéreo. Não se trata de investigar acidente aéreo. Nosso papel aqui é investigar se há crise no setor aeroportuário.

Pelo que eu tenho acompanhado na CPI, pelos elementos que já existem de informação, pelos documentos que já há aqui na CPI, isso já nos permite, sem muita delonga, fazer um relatório conclusivo, apontando, aí, dentro de uma visão global, uma visão articulada, qual é o nosso entendimento sobre a crise do setor aéreo brasileiro. Prorrogar por mais 15, mais 30...

Eu acho que a proposta do Deputado Pepe Vargas é a mais racional à luz daquilo que falta para fazer: estabelecer um período, não ficar demarcando um período de maneira aleatória, se é de 15, se é de 30, se é de 50. Isso seria aleatório. À luz de um entendimento sobre aquilo que falta por fazer... Se é que falta alguma coisa por fazer. Será que temos alguma coisa ainda a fazer? Aquilo que temos acumulado já não será suficiente para produzir um bom relatório? Então, a minha posição, neste momento, é contrária a qualquer tipo de prorrogação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu gostaria de esclarecer que eu acho que é imperioso nós tomarmos essa decisão hoje, porque o requerimento está em pauta.

Na quarta-feira da próxima semana, se fizermos essa reunião de trabalho — como já decidimos, não vamos aprovar requerimentos —, consensualmente, decidiríamos por quanto tempo prorrogaríamos. E aí teríamos que aprovar em outra reunião o requerimento, para depois ir para o plenário, e aí o tempo fica muito



exíguo. Então, hoje eu acho que é o dia para a tomarmos a decisão: sim ou não, prorroga ou não prorroga e por quanto tempo prorroga.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente, eu acho que os autores do requerimento deveriam falar se aceitam os 45...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro. Nós vamos passar a palavra agora ao nobre Deputado Otavio Leite, que é um dos autores do requerimento.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, na verdade, todos nós, neste instante, temos absoluta legitimidade para formular uma proposta acerca do que é o tempo necessário para a conclusão dos trabalhos. Mas, evidentemente, o nosso Relator tem uma espécie de legitimidade de Minerva. Sobre ele paira uma série de atribuições pesadas, sem dúvida nenhuma. E o discernimento que pude extrair das palavras do Relator... absolutamente cristalino em relação a essa questão. Se o Relator sugeriu mais 30 dias e outros 15 para o debate do relatório em si, desde que o debate fique...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, ele propôs 30 dias no total.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não, 45. Trinta e mais 15 para o debate do relatório.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Ele propôs 45 da data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ele está contando a partir de hoje.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Como o prazo é 31 de agosto, ele propôs 30 dias de prorrogação. Foi o que entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como hoje são 15 de agosto, o que ele está propondo? Mais 4 semanas de trabalho de oitavas — no dia 15 de setembro, então, terminariam essas oitavas — e mais 15 dias para análise do relatório, discussão e votação.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Essa análise...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, no final de setembro, nós finalizaríamos a nossa CPI. Essa é que é a proposta do Relator. Quer



dizer, o que ele está propondo — traduzindo — é a prorrogação por mais 30 dias, uma vez que nós temos prazo até o dia 31 de agosto.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, é preciso deixar claro também neste instante que há um conjunto de prerrogativas que não podem ser ofendidas. O debate sobre o relatório é o tema culminante do nosso processo. E é natural, é democrático, e a experiência assim vem demonstrando, que possivelmente haverá visões distintas sobre o mesmo objeto de análise, que podem implicar em pedido de vista, etc. Então, nós estamos de acordo em que se procedam às oitivas que forem necessárias, durante 4 semanas, mas que em absoluto se comprometa o exame e o debate do relatório, de acordo com as regras traçadas pelo Regimento e pela boa prática democrática. O.k.?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, só para fechar. O Presidente falou também algo importantíssimo que tem que ser agregado às ponderações do Relator. Esse assunto tem que ser levado ao Plenário. Então, não podemos deixar para ser debatido depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Hoje nós temos que decidir esse assunto.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Estou inscrito, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Só um instante.

Com a palavra o nobre Deputado Vic Pires.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu vou ser o mais rápido possível. Eu acompanho o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O próximo inscrito é o Deputado Vaccarezza.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de elogiar o andamento que V.Exa. e o nosso Relator têm dado a esta CPI. Segundo, gostaria de elogiar também a conduta, que tem sido contributiva, da Oposição. Ocorrem algumas alterações, mas esta CPI tem virado exemplo para as CPIs, sobre como devem ser as CPIs. Acho que não devemos jogar isso fora.



Qual é o risco? Tomarmos uma posição aqui precipitada e ela não prevalecer no plenário. A prorrogação será um acordo nosso, e temos para votar em plenário a CPMF, a DRU, as medidas provisórias, e há coisas que contrapõem um partido a outro. Por exemplo, a posição do PT discutida anteriormente era a prorrogação por 15 dias. O Relator, entendendo a necessidade do trabalho e entendendo o que a Oposição está levantando, propôs 30 dias, que é ele quem sabe e está intencionado, como bem disse o Deputado Otavio Leite. Foi o Deputado Otavio Leite que falou isso. Então, eu acho que poderíamos trabalhar para ter um consenso.

Queria só reforçar a posição do Deputado Pepe Vargas, para sentarmos e estabelecermos um consenso entre nós sobre a prorrogação, porque, se houver acordo nesta Comissão — aqui estão envolvidos o PT, o PMDB, o PSDB, o PFL, os 4 maiores partidos da Casa, e os demais partidos —, se sairmos daqui com um acordo, poderemos votar isso rápido. Agora, se na votação aqui for vitoriosa uma idéia ou outra, corremos o risco de ter que atropelar a CPI e terminar no prazo regimental, que é daqui a 20 dias, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - A proposta do acordo é a de 30 dias.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu acho que há possibilidade de encaminhar, com o entendimento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris, como autor.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...nesse prazo que o Relator propõe. É importante a opinião do Relator nisso, mas é importante também, como disse o Deputado Otavio Leite, que não comprometamos o debate sobre o relatório. No momento em que o Relator apresentar o relatório, é evidente que vai haver pedidos de vista. E aí vamos comer o prazo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O Relator está propondo o prazo de 15 dias. Eu acho que é um prazo razoável.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Então, é importante o seguinte: desde que não se comprometa o debate sobre o relatório, que possamos avaliar com cuidado, etc., podemos até aceitar essa porta, a parte de transformar o requerimento numa proposta de 30 dias.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Relator, Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Posso fazer uma sugestão, para ajudar. Eu acho até que no próprio requerimento a ser levado em plenário já se determina que as oitivas se encerrem em 15 de setembro; a partir daí, fica sendo o relatório. É com isso...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não necessariamente, talvez 1 semana antes. Por que 4 semanas?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Não, 15 dias de debate de relatório, é para atender a proposição. Eu digo, para poder fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - *Data venia*, eu acho que isso aí já foi manifestado pelo Relator. O Relator já disse qual é o seu plano de trabalho: encerrar as oitivas até o dia 15 de setembro...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Até.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...e, do dia 15 de setembro ao dia 30 de setembro, discutirmos internamente aqui o nosso relatório.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Eu acho que há acordo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - A idéia seria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Se houver acordo, eu acho razoável aprovarmos hoje esse requerimento.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...transformar esse requerimento nesse prazo proposto pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Está bom assim?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Trinta dias.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, onde se lê "prorrogação da CPI por 60 dias", leia-se "prorrogação por 30..."

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Pode votar assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode votar assim.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - O autor pode mudar. O autor tem o direito de mudar...



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Estamos de acordo. Se precisar, nós rubricamos, nós assinamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, prorrogação por 30 dias, pela solicitação dos autores, Deputado Vanderlei Macris e Deputado Otavio Leite.

Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Em face das ponderações, sobretudo do Relator. Registre, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao item 5 da pauta.

Requerimento nº 568/07, de autoria dos Sr. Deputado Ivan Valente e da nobre Deputada Luciana Genro, que requerem que a Taquigrafia da Câmara dos Deputados faça a degravação das comunicações entre os pilotos e a torre de controle do Aeroporto de Congonhas ocorridas das 11h do dia 16 de julho de 2007 até as 20 horas do dia 17 de julho de 2007.

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Deputada Luciana, Deputado Ivan Valente, nós já fizemos uma consulta à Taquigrafia da Casa sobre a degravação dessas informações, e a Taquigrafia da Casa tem muita dificuldade, por falta de gente, de estrutura, em função do ritmo de trabalho. Já há um trabalho de horas extras grande sendo realizado pela Taquigrafia. Enfim, tem uma certa dificuldade operacional para fazer esse tipo de trabalho. Então, poderíamos, talvez, mudar um pouquinho o requerimento e dizer que se requer a degravação dessas informações. Como estamos contratando também um escritório com especialistas para analisar as caixas-pretas — este é um dado relevante para a afirmação —, nós estabeleceríamos isso também como uma tarefa a ser realizada por essa equipe, se a Taquigrafia não conseguir dar conta da realização dessa tarefa, dessa atividade.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Obrigado, Deputada Luciana.



Então, em votação o Item 5 da pauta, com a alteração proposta pela autora, a Deputada Luciana Genro.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Autorizo a Secretaria a fazer a modificação que foi proposta.

Item 6.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Pode deixar que a Taquigrafia vai fazer a transcrição rapidinho dessa... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Requerimento nº 575, de 2007, de autoria dos Srs. Deputados Vic Pires e Solange Amaral, que requerem “a realização de diligência no Terminal 1 do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Galeão, Antonio Carlos Jobim, a fim de que os membros da CPI possam verificar in loco as condições de operação daquele aeroporto”.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar, Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Quero encaminhar favoravelmente a este requerimento porque temos informações de pilotos que voam e aterrizam naquele aeroporto de que a manutenção dele é inadequada, que a grama, o capim fica muito alto, não dá visibilidade para orientação, que as lâmpadas estão queimadas, quando não são roubadas. Então, acho que a CPI, nesse caso, tem de ter uma atuação contundente, ir lá, confirmar e orientar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Alguém mais gostaria de encaminhar o requerimento?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É só marcar a data para ir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não havendo quem mais queira encaminhar o requerimento, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Item 7 da pauta.



Requerimento nº 582, de 2007, de autoria do nobre Deputado Vanderlei Macris, que requer *“a realização de diligência às ruínas do prédio da TAM Express e ao galpão alugado pela TAM, localizado na Via Galvão, em Guarulhos, para onde estão sendo encaminhados os objetos localizados”*.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, o nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Bem, eu queria fazer uma ponderação ao Deputado Vanderlei Macris com relação às ruínas do prédio da TAM. Já não existem mais ruínas, o prédio da TAM foi implodido. Com relação à inspeção do galpão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei Macris, o Deputado Eduardo Valverde está fazendo uma proposta a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - O galpão, o prédio da TAM foi implodido. O que há lá é um monte de escombros que estão sendo levados para um galpão, para se fazer uma triagem. Acho que a inspeção no local onde está sendo feita a triagem é muito mais ponderável do que observar ruínas, um monte de entulho.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - O objetivo maior deste requerimento, Deputado Eduardo Valverde, é exatamente esse a que V.Exa. se referiu. Acontece que parece que existe uma empresa contratada que está fazendo um levantamento no local onde houve a implosão do prédio. Como é muito próximo, seria importante tomarmos conhecimento, uma empresa, inclusive, que não é nem brasileira, me parece, está fazendo um levantamento detalhado, a mesma que fez no World Trade Center. Acho importante termos contato com essa empresa, ver o tipo de movimento que está sendo feito, e, evidentemente, o objetivo maior depois é ter acesso a esse galpão alugado pela TAM, que está aí com os objetos localizados frutos desse acidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Macris, mas a triagem é feita no galpão. Há uma carregadeira botando tudo em cima do caminhão e levando para o galpão. Lá, é feita a triagem.



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Não tenho nenhuma objeção em relação a isso, desde que haja a possibilidade de um acesso da CPI a esses objetos que estão sendo triados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Eu quero, inicialmente, Sr. Presidente, destacar aqui o trabalho do Deputado Vanderlei Macris ao longo da CPI, mas, neste caso específico, eu realmente não entendi o que pode esclarecer essa visita onde estão essas ruínas esses objetos, o que pode nos ajudar no esclarecimento do caos do tráfego aéreo. Eu realmente não entendi. Por isso me posiciono contra isso.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nós estamos vivendo um momento, Sr. Presidente, em relação ao acidente da Gol, que eu acho vale a pena ter alguns cuidados. A simples presença da CPI num local como esse em que está sendo feita essa triagem... Acho que é importante que nós tenhamos a atenção voltada para essa questão. Não vejo tanto problema em aprovar esse tipo de requerimento, até porque, quanto ao acidente da Gol, acaba de haver uma série de problemas com os objetos, a mecânica pela qual foram destinados objetos em relação àquele acidente. Então, eu acho que é prudente por parte desta CPI que possamos, estando presentes lá, mostrar que há uma atenção especial da CPI com isso e redobrar os cuidados dessa vigilância que está sendo feita em relação a esses objetos frutos desse acidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Vanderlei Macris, pelo seu trabalho e pela contribuição que S.Exa. vem dando a esta Comissão, eu acho que vamos mexer, de novo, com a sensibilidade das famílias das vítimas desse acidente, porque, com certeza, a visita desta CPI vai se tornar bastante pública, com o acompanhamento da imprensa. O prédio já foi totalmente demolido. Ir ao local onde estão os objetos, eu acredito que não seja responsabilidade desta CPI fazer um trabalho de polícia e guarda desses equipamentos. Segundo, se acontecer alguma coisa *a posteriori*, igual estão supondo que aconteceu na Gol, nós vamos também ser responsabilizados, porque



estivemos lá e não tomamos nenhuma providência. Eu acho que é desnecessário, principalmente em respeito às famílias das vítimas. Agora, se o Deputado Vanderlei Macris acha que é interessante que seja feito isso, poderia fazer uma comissão com outros interessados para ir lá, é lógico, de forma oficial, mas sem a necessidade de marcar dia e hora, de acordo com a conveniência deles; uma comissão com um menor número de Deputados para verificar, se for o caso, de aprovação. Mas, eu acho que seria desnecessário.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - É uma proposta que aceito, Sr. Presidente. Uma comissão da CPI, e eu gostaria de estar presente. Mas eu gostaria de estar presente lá nesse local como agente da CPI, não, simplesmente, por minha livre e espontânea vontade. É só essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, há questões que, de fato, precisam ser ditas. O Deputado Carlos Willian apresenta aqui a questão ligada à sensibilidade das famílias. Eu não imaginei que fosse ver requerimento dessa ordem nesta CPI. Não imaginei. Nós estamos aprovando aqui um novo prazo e estamos pensando nas questões ligadas àquilo que resta para investigarmos e ainda vamos formar uma subcomissão, uma diligência às ruínas do prédio da TAM? Sinceramente, Sr. Presidente! Eu não quero nem colocar todos os argumentos que teria. Vou votar contrário. Voto contrariamente a esse requerimento, porque acredito que, com determinadas coisas, não se brinca. E, em toda decisão aqui, nós temos de objetivar aquilo que desejamos lá na frente. Que resultado objetivo? O que vai acontecer depois? O que estamos buscando efetivamente? É apenas uma pauta? Sinceramente, eu acho que precisamos focar um pouco melhor e não trabalhar com a sensibilidade alheia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, quem garante que essas peças do avião estão devidamente lacradas ou preservadas para a investigação — as manetes do avião e os demais destroços do avião? Sr. Presidente, nessa investigação, é importante que a Comissão tenha, de maneira generalizada, as informações todas. E seria feito um relatório até para saber como é que está. A própria TAM é que está guardando esses destroços do avião. É



importante que nós saibamos em que condições estão sendo guardados para preservar a própria investigação, Sr. Presidente. Esse é o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO ROCHA LOURES - Sr. Presidente, o Deputado Macris é do Estado de São Paulo, foi Presidente da Assembléia Legislativa e sabe do que está falando. Na minha opinião, não se trata de uma questão de sensibilidade. Qualquer assunto relativo ao tema é sensível e, na minha opinião, Sr. Presidente, não vejo por que não fazer essa visita e não vejo por que não nós, membros da CPI, acompanharmos a qualidade do armazenamento e conversarmos com quem lá está.

Acho pertinente o requerimento do Deputado Vanderlei Macris e sou a favor dele, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Uma contagem, Sr. Presidente, é melhor não a verificação, mas apenas uma contagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Foi aprovado.

Vamos passar a agora ao item Requerimentos de Convocação.

Os itens 8, 9, 10,11,12 tratam todos da convocação da Sra. Denise Maria Ayres de Abreu, Diretora da ANAC. Então, vamos votar conjuntamente esses requerimentos.

Para encaminhar os requerimentos, Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, pedimos na semana passada — e tivemos uma votação — a convocação de todos os diretores da ANAC, por entender que, ao se tratar da crise aérea, um dos pontos que estão sendo discutidos é a questão da gestão, a questão do relacionamento interno da Agência, as deficiências de estrutura, problemas de ineficiência ou omissão. Evidentemente, nós da Oposição, até com uma posição mais crítica, temos pedido inclusive de abertura de processo disciplinar. Mas, pedir a convocação de todos os diretores, isso tem por base o fato de que todas as decisões se dão de forma colegiada. E, na semana passada, isso foi derrubado por não se permitir a convocação de 2 diretores da Agência, o que no nosso entendimento prejudica a compreensão do trabalho



colegiado da Agência Nacional de Aviação Civil e o papel desempenhado por cada diretor.

Nesse sentido, temos 2 razões para solicitar a convocação da Dra. Denise: a primeira, por ser diretora, pela importância do seu papel dentro da Agência, particularmente na questão da regulação, até tendo por base depoimentos públicos já por ela realizado. E a segunda frente diz respeito a denúncias que nós entendemos que precisam ser investigadas. Uma delas apresentada pelo Brigadeiro J. Carlos Pereira, ex-Presidente da INFRAERO, e até manifestamos aqui que ou a denúncia dele é procedente e, portanto, justifica o pedido de convocação e de transferência de sigilos que nós pedimos, ou é uma denúncia irresponsável. E a própria diretora já anunciou que vai entrar ou já entrou com processo por calúnia contra o Brigadeiro J. Carlos.

E, da mesma forma, estamos pedindo, como não são documentos sigilosos, que se faça ao cruzamento das informações enviadas pela ANAC com as informações enviadas pelas empresas, particularmente na questão dos passes livres. No primeiro levantamento que realizamos, já parece que há um conflito nas informações apresentadas.

Então, no caso específico da Dra. Denise, tem 2 objetivos: um sob o aspecto estrutural, que é o mesmo argumento para o pedido de todos os diretores da ANAC; e o segundo tem como caráter complementar a solicitação de transferência de dados sigilosos dela e do empresário Carlos Ernesto de Campos, que consta na seqüência, que teria sido objeto dessa denúncia também do Brigadeiro J. Carlos Pereira.

Então, são essas as razões por que nós pedimos a aprovação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, o nobre Deputado Eduardo Cunha com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, meu encaminhamento será favorável. Eu havia dito, na semana passada — e faço esse esclarecimento até porque é importante pela deturpação que foi feita depois da sessão da última semana. Bem. Na semana passada, eu, no exercício da Presidência, esclareci aqui que eu não coloquei em



pauta o requerimento de convocação da Sra. Denise Abreu, porque na sessão anterior ao recesso havia sido aprovado o requerimento de autoria do Deputado Vic Pires, quando havia proposto esse requerimento de convocação, de adiamento por 5 sessões. E, na quarta-feira passada, não havia sido cumpridas as cinco sessões. Essa foi a razão pela qual esse requerimento não entrou semana passada. Mas eu me manifestei, na semana passada, ainda no exercício da Presidência, que o colocaria nesta semana e que votaria favorável.

Então, a minha posição tem coerência com o manifestado na semana passada. E, ao mesmo tempo, eu disse que, como Oposição, nós concordamos com as quebras de sigilos que porventura sejam propostas, mas concordamos se virmos motivação após as oitivas de cada um. Queremos ver o que vai acontecer em cada depoimento e, se necessário for, nós estaremos solidários, mas precisamos, primeiro, que haja as oitivas. Eu propus já inclusive a V.Exa., e V.Exa. já reservou a data de amanhã, caso esse requerimento seja aprovado, que essa oitiva seja feita imediatamente.

Então, meu voto e o voto do PMDB será favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, nobre Deputado Eduardo Cunha.

Passemos ao próximo inscrito, o Deputado Vaccarezza.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, minha fala seria dispensável se esse tema não tivesse ganho na imprensa a importância que ganhou. Depois da fala do Deputado Eduardo Cunha, esclareceu-se qual o processo. O Deputado Fruet, com propriedade, fala que vem defendendo a convocação de todos os membros da ANAC, por ser a ANAC uma diretoria colegiada. Talvez até da minha parte tenha havido um equívoco por não ter concordado com todos, mas isso a CPI pode continuar discutindo. Esteve aqui o Presidente da ANAC por 2 vezes; a Dra. Denise está convocada — e a minha posição pessoal é favorável à convocação da Dra. Denise —, e nós aprovamos a convocação do — não sei se a patente dele é major, acho que é — Major Velozo. Está convocado. Eu acho que todos devem vir depor: o Major Velozo, a Dra. Denise e todos os convocados.



Acho, no entanto, que nós não podemos botar o carro diante dos bois. A quebra de sigilo bancário, a quebra de sigilo telefônico depende da oitiva e de haver razão suficiente. Havendo, eu serei favorável, como outros Deputados. Posicionei-me contrário, numa reunião passada, a qualificar a gestão da ANAC de gestão temerária, porque quem é advogado sabe que esse termo tem um qualificativo jurídico, que não é própria essa qualificação. Pode dizer outra, pode chamar do que quiser, menos dizer que houve uma gestão temerária. E acho que nós não devemos desviar o foco do fundamento que sustenta esta CPI. Nesse sentido, eu sou favorável à convocação da Dra. Denise para vir depor na data que V.Exa. marcar.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O próximo inscrito é o nobre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Como autor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode formular sua questão de ordem, Deputada Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Sr. Presidente, quando for para aprovar o requerimento, não é necessário encaminhar favoravelmente — não sei se é cabível, falo pelo menos como um apelo aos Deputados —, se forem favoráveis, a não ser que haja alguém contrário, não precisa que se encaminhe favorável. Se é só para encaminhar favoravelmente, nós podemos ganhar tempo e evoluir nos requerimentos.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, como autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Eu vou ser contrário, então, agora aqui.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, como autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos seguir a relação, a ordem aqui.

Deputado Eduardo Valverde.



O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE - Sr. Presidente, a minha posição original seria contrária ao requerimento. Quero colocar isso pontualmente: contrário. Mas, à luz daquilo que foi expresso pelo Deputado Vic Pires, pela luz daquilo que informações recentes nos foram apresentadas, eu acho que seria uma conduta de bom senso ouvir a diretora da ANAC sobre a qual pesa algumas informações que precisam ser melhor esclarecidas — certo? —, para que a Comissão, em vez de fazer juízo de valor em cima de informação de jornal, faça juízo de valor em cima de informações prestadas pela própria pessoa que está sendo ou justamente ou injustamente acusada.

Por essa razão, estou mudando a minha posição, que era contrária a essa convocação, para favorável ao requerimento e, ao mesmo tempo, utilizando esse mesmo argumento para ser contrário aos Requerimentos nºs 13, 14, 15, 16 e 17, nos quais se convoca um funcionário da INFRAERO. Temos de convocar diretores, que têm poder de mando e poder de decisão e que são responsáveis pelos atos do órgão, e não funcionários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Deputado Miguel Martini, V.Exa. pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pedi, Sr. Presidente, porque já vai junto com essa questão de ordem que V.Exa. pode responder, que é o seguinte: a idéia era que convocássemos toda a diretoria da ANAC e, a partir dessa oitiva, então, nós faríamos, pelo que estou entendendo aqui, a quebra do sigilo fiscal e telefônico. Talvez nós pudéssemos fazer agora — e não sei regimentalmente como pode ser feito — a convocação de todo o colegiado. Convocar todos os diretores não pode ser feito agora, mas, como foi derrotado na semana passada, a pergunta é: outro pode reapresentar para convocar ou nós vamos ficar somente com a Dra. Denise?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pode reapresentar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, preciso contraditar V.Exa.: requerimento com o mesmo objeto que já foi rejeitado não pode ser reapresentado, não com o mesmo objeto. Então, o que foi rejeitado está rejeitado. Aí, é uma questão regimental, e vou me opor à apresentação de requerimento de mesmo objeto.



O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pois é, mas se tiver um outro objeto, uma outra razão para convocação... Porque, do contrário, nós vamos ficar aqui no meio do caminho, nós não vamos ter as pessoas para ouvir sobre denúncias que temos e não podemos quebrar o sigilo, porque não temos a oitiva. Aí, fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois é. Por isso que eu ia pedir para seguirmos os sábios conselhos da Deputada Luciana Genro. Se estamos de acordo, não vamos perder tempo, vamos aprovar.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sempre sábios os conselhos da Deputada, sempre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Em votação os itens 8, 9, 10, 11 e 12 da pauta.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, uma questão de esclarecimento rapidamente, por favor, um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É veraz a informação de que amanhã virá a Dra. Denise aqui? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - É.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mas será que é adequado amanhã? Não é melhor na semana que vem, não? Amanhã, começa no Senado, no início da tarde, avançando, enfim, quero dizer ...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Amanhã, começa às 11h.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não, independente do tempo. A questão não é o tempo, a questão é a adequação para nós outros se é necessário amanhã ou se é melhor *a posteriori*.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, nós podíamos começar às 8h da manhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Como?

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Nós não poderíamos começar amanhã, com a Dra. Denise, às 8h da manhã?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível)



O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Lá vai de 11h às 16h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires Franco, eu estou seguindo o que o nosso Deputado Eduardo Cunha, como Presidente, já havia planejado para esta semana. E acho que se ela vai prestar depoimento amanhã no Senado a partir das 11h...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Vai ficar prejudicado aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Penso que não ficará prejudicado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Fica totalmente prejudicado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu havia programado às 15h, Sr. Presidente. O objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Exatamente, seria a partir das 15h.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Às 15h, o Senado não vai acabar mais tarde do que isso. Aí, há tempo. Às 15h amanhã. Se não houver tempo amanhã ... Se não houver tempo para o esclarecimento, amanhã, às 15h, se atrasar, aí, na hora, delibera-se a continuidade da convocação, mas nós não podemos perder a oportunidade de ser amanhã.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Além do mais, Sr. Presidente, vejo que as informações que ela vai dar no Senado podem ser úteis para nós. Então, nós temos de saber o que ela disse lá, checar as informações sobre o que ela vai dizer lá, para, depois, quando ela vier aqui, nós já possamos ter como base as respostas que ela deu no Senado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Presidente, eu quero também manifestar-me sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu acho prudente que nós tenhamos um pouco mais de cautela. Já temos aí, no meio do dia, essa convocação do Senado para a Dra. Denise. Eu diria que isso seria quase uma tortura — e



também é preciso ter humanidade com essa história. Agora, vamos marcar com calma para podermos... Nós não estamos atrelados à questão do Senado. Tudo bem. Mas, amanhã, ela estará lá para fazer o depoimento dela.

Por que não marcamos para a semana com mais calma? Até porque podemos ter informações com o depoimento e acrescentar aquilo no trabalho aqui desta CPI. Então, acho que seria prudente vermos com calma, com cautela e passar para a semana que vem o depoimento da Dra. Denise, até por humanidade, porque vai ser uma... São 5 horas lá, mais 5 aqui, 4 lá, mais 4 aqui, é uma tortura, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, poderia consultar os autores da...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Queria apoiar o entendimento do Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Poderia consultar os propositores...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Acho que, realmente, se nós insistirmos no depoimento dela amanhã, nós poderemos ficar prejudicados. Acho que é mais sensato... Ela vai, depõe lá, nós analisamos o depoimento dela e nós podemos marcar... Porque depoimento, às vezes, tem hora para começar, não tem hora para terminar. Então, pode se estender, e eu acho que acaba prejudicando. Eu acho que é mais sábio marcar o depoimento para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos organizar só...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, a decisão administrativa é de V.Exa. e V.Exa. toma depois a que melhor...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, por que V.Exa. não propõe aos autores, já que a questão é de humanidade etc., segundo foi colocado, por que não se propõe aos autores fazer a transferência do depoimento dela no Senado para esta Câmara? Aí ficaria resolvida a nossa situação. Ganharíamos tempo com isso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque há indagações que os Deputados e as Deputadas podem fazer e que os Senadores podem...



(Intervenções simultâneas ininteligíveis. Tumulto. Os microfones são desligados.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu vou seguir a ordem aqui dos inscritos.

Então, vou passar a palavra ao nobre Deputado Vaccarezza; em seguida, ao Deputado André Vargas, e, em seguida, ao Deputado Miguel Martini.

Deputado Vaccarezza com a palavra.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - Sr. Presidente, eu acho que 2 depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vou pedir silêncio aos Deputados. Há um Deputado falando.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - A média de duração dos depoimentos aqui tem sido de 4 horas. Eu não vejo nenhum problema em 2 depoimentos de 4 horas. Massacrar, como se fez em outros momentos, é começar um depoimento de manhã e terminar na madrugada, ou, às vezes, até no dia seguinte. Agora, qual o problema de uma pessoa depor no Senado e, em seguida, depor na Câmara? Ou depor na Câmara e em seguida, depor no Senado?

Acho que nós temos urgência, há outros requerimentos de outros diretores da ANAC, com outros objetos para serem avaliados, e acho que, como o depoimento da Dra. Denise, nós não votamos... a data do depoimento nós não votamos aqui por conta do adiamento que houve das 5 sessões, eu acho próprio. E no momento é importante nós a ouvirmos o mais rápido possível.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA - A minha posição é que seja...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Para formular questão de ordem, nobre Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, não está na pauta desta reunião a discussão do assunto para marcar dia e horário para depoimento da Sra. Denise. Portanto, eu acho que nós deveríamos avançar para aprovar os demais requerimentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Willian, esta Presidência tem procurado fazer, ao longo desse tempo, tem procurado decidir consensualmente, democraticamente, transparentemente, com a participação de todos. Foi só nesse sentido que eu permiti as intervenções.

Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o juízo de escolha, de definição de data é um ato administrativo de V.Exa. Em segundo lugar, se V.Exa. determinar que o horário seja inicialmente na Câmara, ela só poderá ir para o depoimento do Senado quanto terminar na Câmara. Então, sugiro que V.Exa. marque amanhã, às 8h da manhã, e quando acabar ela vai para o Senado. O Senado que atrase. Eu acho que nós temos que mostrar... É um direito que a Câmara tem. Marquemos amanhã cedo e tentemos fazer o mais rápido possível. Eu não tenho nenhum problema em estar aqui às 8h da manhã, como também não tenho problema de estar às 8 da noite.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - De acordo. De acordo, Deputado Eduardo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Então, eu estou à disposição.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, para encaminhar. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, quando houve... Aliás, eu queria testemunhar que as 2 Presidências que passaram por esta CPI foram democráticas, abriram o debate sobre os pontos, porque, senão, fica parecendo que uma foi de um jeito, outra foi de outro e não é razoável.

Eu acho que essa proposta do Deputado Eduardo Cunha tem acordo. Tem entendimento, pelo menos da parte do PT e do PMDB, e faria um apelo aos demais, ouvi o Deputado Vic Pires falando. Porque veja. Nós abriríamos o depoimento e, se ele se prolongar, o Senado aguarda. O Senado aguarda. Qual seria o problema? Aguarda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - O quê?

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Aguarda.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ah...

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não é a guarda, é aguarda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Esse sotaque caipira...

(Risos.)

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - É que nós somos do interior do Paraná. *(Risos.)* O senhor faz isso, o Deputado Gustavo Fruet, que é curitibano, que é lá da turma que não é tão matuta assim como nós lá do interior.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O senhor de matuta não tem nada.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Isso já fez sucesso *(Risos)*.

Então, veja, o raciocínio é este: nós sermos protagonistas. Convocamos, marcamos, abrimos com o depoimento. Facilita a participação dos membros, o que é razoável, porque muitos Deputados, muitos Deputados têm vôos às 5h, às 6h. Se marcarmos às 15h, corremos o risco de termos uma quantidade pequena de Deputados do meio para a frente do depoimento. Faríamos às 8 da manhã, qual seria o problema? Das 8h às 11h — 3 horas de depoimento. Essa é a nossa posição, dentro do entendimento que já tínhamos feito com o PMDB.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, art. 41 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, não há como considerar o que foi marcado anteriormente, uma vez que o requerimento não havia sido votado. Só se marca alguma coisa, depois de votado o requerimento. Então, isso está desconsiderado. Em segundo lugar, eu não entendo. Se nós queremos fazer um trabalho nesta Comissão, um trabalho sereno, continuar essa serenidade que nós estamos, é lógico que o bom senso determina que nós façamos essa oitiva na semana que vem, na terça-feira, na segunda-feira, na quarta-feira, na quinta-feira, na sexta-feira. Mas por que que nós vamos marcar para amanhã, sabendo que anteriormente o Senado já havia aprovado o requerimento? Nós estamos aprovando hoje. E se nós estamos aprovando hoje, é claro que o Senado vai ter preferência, porque ele já aprovou há mais tempo. Então, nós entraríamos num conflito desnecessário. Então, a nossa posição é no sentido de que aprovemos e marquemos na semana que vem. Não tem sentido fazer oitiva junto com o Senado,



uma vez que ele aprovou antecipadamente e, nesse sentido, ele vai ter a prerrogativa de ouvir primeiro que nós. E quem faz a pauta é V.Exa. Então, não tem sentido aprovar já definindo a data, uma vez que nós já aprovamos agora o requerimento. Depois, V.Exa., convenientemente, marcará essa oitiva. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, também de forma objetiva. De repente, um assunto que nunca tomou uma dimensão dessa, está tomando. A volta à serenidade é importante. Nós nunca atropelamos dessa maneira.

De um lado, pode ter o fato de a expectativa com relação ao depoimento dela chamar todas as atenções para esta CPI. Mas aí nós vamos estar dispensando também tempo menor. Por quê? Sabemos todos que foi convocada pelo Senado. Segundo, nunca foi marcado um depoimento e agendado com tamanha antecedência. Terceiro, pela legislação, ela pode não poder estar aqui amanhã, ela pode estar vindo a Brasília hoje ou amanhã pela manhã. E quarto, estrategicamente é sempre importante ter mais informações para melhor aproveitar o depoimento. E quinto, todas as vezes a pauta foi comunicada quase como uma semana de antecedência. A informação que eu recebi é que nós teríamos, apesar de não ter tido essa confirmação oficial do gabinete, amanhã o depoimento do Dr. Velozo, Diretor da ANAC. Então, nós temos mais 4 semanas para depoimentos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Inclusive o Dr. Jorge Luiz Brito Velozo já foi comunicado que amanhã seria às 9h da manhã.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Então? E aqui não é questão de competição com o Senado, ou querer enfrentar o Senado, porque nós temos autonomia. Temos. Nós mantemos uma questão de respeito, temos uma informação de que o Senado a convocou para amanhã às 11h. E esse é um depoimento importante. Então, peço para ser às 15h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E a convocação para amanhã às 15h?

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Para contraditar, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, só instante. Deputado Gustavo Fruet, qual é a posição de V.Exa.?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Também não sei a que horas termina no Senado, mas pela importância do depoimento e pelas informações que podem surgir amanhã, eu defendo que seja para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E amanhã à tarde, o que nós faríamos, porque nós programamos para ser amanhã à tarde.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - O que foi programado, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Amanhã à tarde nós poderemos fazer aquela discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Prevendo que o requerimento seria aprovado, se fosse, como foi...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, amanhã à tarde nós poderemos fazer aquela reunião administrativa, já que o horário vai ficar vago, e aí já ganhamos tempo para a semana que vem.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu gostaria de contraditar.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Eu gostaria de contraditar primeiro, Deputado Carlos Willian. É uma contradita. Houve uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Está com a palavra o nobre Deputado Eduardo Cunha.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, para contraditar o nobre Deputado Fruet, eu queria dizer o seguinte: na semana passada, nós aprovamos o Vice-Presidente da Airbus, que vinha de Paris, na quarta-feira, e ele veio depois, na quinta-feira. Já estava previamente divulgado, inclusive pela imprensa, que este depoimento da Dra. Denise Abreu seria amanhã. Quando o presidente da TAM veio depor aqui há 10 dias o fez com o Senado marcando praticamente na mesma hora, e S.Sa. acabou o seu depoimento para ir para o Senado. E terceiro, obviamente, há a possibilidade de ela não querer, mas eu pressuponho que ela já está aqui para depor no Senado, e poderia fazê-lo também



na Câmara. Se ela porventura manifestasse o desejo do conhecimento prévio e dissesse que não poderia amanhã aí, sim, V.Exa. poderia adiar.

Quanto a hora do Dr. Velozo, 9 horas da manhã, ou ele vir no horário da tarde, não muda nada. Eu acho que nós... O Relator propôs uma prorrogação de 30 dias, que nós aprovamos, mediante 4 semanas de oitivas. Nós não podemos perder tempo. Senão esse calendário que o Relator propôs e que motivou que a gente pedisse a prorrogação por 30 dias começa a ficar comprometido. Tem um monte de oitivas para serem feitas, há Ordens do Dia importantes em vários dias. Temos que aproveitar o dia de amanhã, porque sabemos que não vai haver Ordem do Dia relevante, não vai ter praticamente nada, para termos uma oitiva. Depois, se precisar de novo, ou ela, pelos fatos, não satisfizer, como não satisfez outros que lhe opuseram, mantém-se a convocação em estado permanente, e ela volta. Por que não ouvir amanhã?

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Brigaram tanto para convocá-la, colocaram na mídia que nós queríamos barrar a convocação dela, que nós estávamos blindando. Então, nós queremos mostrar que ela tem que vir depor imediatamente. É uma questão inclusive política.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, eu tenho evitado até polemizar com o Deputado Eduardo Cunha. Mas vamos aos fatos. Primeiro: o representante da Airbus foi aprovado porque foi negociado em função daquele trágico depoimento de uma pessoa que se imaginava representante da Airbus no Brasil. Os advogados apresentaram um nome, foi marcada a data e, de comum acordo, foi feita a votação. Segundo ponto: a CPI não anunciou o depoimento da Sra. Denise Abreu para amanhã. Quem anunciou... Vi uma declaração na imprensa do Presidente em exercício, Deputado Eduardo Cunha, que fez essa declaração, sem a CPI ter votado. Lembrando que foi...

(Intervenção fora do microfone inaudível.)

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Pois então. Mas, então, não foi a CPI que aprovou.

Terceiro ponto: esse depoimento, efetivamente, é importante. E o depoimento amanhã, no Senado, pode trazer novas informações que poderão ser confirmadas e



checadas. Nós temos uma oportunidade e temos estratégia. O fato de se tentar colocar amanhã caberá ao Presidente. É evidente que V.Exa. agora vai medir as forças. Mas nós quisemos, com esse debate, deixar público o que está em jogo. Em momento algum, tivemos ou passamos qualquer informação que não fosse de forma pública. É evidente que há debate, e por vezes há um embate político, e as votações dão publicidade a essas posições. E cada um assuma as vantagens ou desvantagens dos posicionamentos adotados. É a natureza da CPI. Mas agora está nas suas mãos adotar uma mudança de procedimento ou manter o mesmo procedimento. São essas forças que V.Exa. vai medir.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Sr. Presidente, só para fazer uma comunicação, não vou nem usar como contradita. Para que não paire dúvidas, a reunião da CPMF está reabrindo exatamente agora, às 14h15min e, sendo Relator, eu tenho que falar agora. Então, eu vou ter que deixar esta reunião e vários membros aqui também são membros de lá e estão tendo que ir para lá porque vai-se iniciar a votação. Então, se na reunião, porventura, a partir deste minuto, não houver *quorum* não é porque houve nenhum objetivo, mas é porque nós temos lá um compromisso e a reunião se estendeu além do tempo. Então, eu estou-me retirando da reunião e dizer a V.Exa. sobre esse ponto.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, só para sua informação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ...até para a sua melhor decisão. Se ela vier aqui, como está previsto — os depoimentos são às 9h todas as terças-feiras ou todas quintas-feiras —, se ela falar 35 ou 40 minutos, Sr. Presidente, o Relator mais 30 minutos e o autor do requerimento mais 15 minutos (são 5 requerimentos) nós já completamos as 2 horas, praticamente, de tempo: 1h35min de tempo. Nós não vamos ter oportunidade quase de inquirir a testemunha, Sr. Presidente. Eu acho isso ruim para a CPI. Nós vamos ter que terminar de maneira atropelada isso. Não é bom para a CPI.

Então, é esta a ponderação que eu queria fazer a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente,...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o nobre Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - ... tendo em vista a flagrante presença, a falta de Parlamentares presentes, V.Exa. não acha que deveria aprovar esse requerimento na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Qual requerimento?

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - Não. O requerimento da Denise já está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Já está aprovado.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Está aprovado? Então, o restante da reunião... E como eu disse, também, Sr. Presidente, em termos do Regimento, cabe a V.Exa. marcar a data e hora. Eu sei que V.Exa. está muito complacente, V.Exa. descansou durante quase 2 semanas. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Não. Sensível em função da doença. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - É. Então, eu acho que V.Exa. deveria bater o martelo nessa situação. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Houve alguma diferença de antes da doença e depois da doença, Deputado? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - A democracia está ampliada, ampliada.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor está mais tranqüilo, Sr. Presidente. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Ou continua no mesmo ritmo? *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - O senhor está zen e o nosso Relator está DEM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Bom. Eu gostaria de, no mesmo ritmo, ouvindo as ponderações de todos os Parlamentares, dizer aqui que, com toda a sinceridade, eu acho uma certa imprudência, não sei se o termo é esse, ela ir depor no Senado e depois vir depor aqui. Mas, como eu ouvi a manifestação da maioria dos Parlamentares favorável que ela viesse depor amanhã, então eu fico



um tanto sensível a essa manifestação da maioria dos Parlamentares. Sou contrário a que ela seja convocada, como foi levantada aqui a hipótese, amanhã às 8 horas e, como chegaram a dizer alguns Parlamentares, o Senado que aguarde.

Não, eu acho que nesse caso aí há uma precedência do Senado sobre nós, porque já foi marcada com antecedência a reunião dela. Para a nossa oitiva aqui das 9 horas já está marcada uma outra pessoa. Então, eu acho que nessa altura, sobretudo porque o Vice-Presidente, que estava no exercício da Presidência, Eduardo Cunha, já havia decidido dessa maneira, de fazer a oitiva dela, da Denise, às 15 horas. É uma decisão que, inclusive, já foi anunciada, a pauta foi guardada exatamente para se fosse aprovado o nome dela ela vir aqui. Eu acho que ficará um pouco pesado para ela fazer um depoimento no Senado e, *incontinenti*, fazer um depoimento aqui na Câmara. Mas ela tem uma faculdade, que é regimental: a pessoa convocada precisa ter um prazo superior a 48 horas. Ela pode atender ou não.

Então, o que acho que nós deveríamos fazer? Vamos, então, convocá-la amanhã para as 15 horas, fazendo a observação de que se ela se sentir estressada, ou exausta, ou cansada, não precisa ela vir então amanhã

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - E a gente fica aqui esperando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, não fica esperando. Se a gente chegar aqui às 13 horas, chegou meia hora e ela não veio, vamos cuidar de outra coisa.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Sr. Presidente, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Deixa eu só... antes eu estava...

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - V.Exa. está num raciocínio sensato, correto. Esta Comissão, sob a batuta de V.Exa., está caminhando bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, quero que V.Exa. entenda a dificuldade que tenho e que V.Exa. teria de desmarcar um ato já marcado por outro Presidente. Pesa!

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Não, mas o Presidente que marcou não tinha um requerimento aprovado ainda.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não tinha, mas deixou exatamente vago para que se ..

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Não tinha o requerimento aprovado. Então a minha sugestão é que marquemos a reunião amanhã para fazermos o debate administrativo e aí, se ela se sentir em condições, que fizesse, mas que deixasse marcado para terça-feira que vem, para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu ponderei...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Sr. Presidente, V.Exa. já anunciou sua decisão e aí o Deputado Martini ainda quer... quer dizer...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - V.Exa. já determinou, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Vai abrir um novo debate?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Só quero ressaltar aqui que, em função de tudo o que saiu na imprensa e das declarações que houve durante a semana, eu recebi uma ligação da Dra. Denise Abreu, na terça... hoje é quarta, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Quarta-feira.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Eu acho que foi ontem então isso, ou na segunda-feira à tarde. A Dra. Denise ela se colocava à disposição da CPI para vir depor. E, naquela oportunidade, já havia saído uma notícia na imprensa de que ela poderia ser convocada para estar aqui na quinta-feira, e ela se colocou à disposição: *"Olha, se vocês decidirem que é na quinta-feira, eu estarei aí na quinta-feira"*. Então, já existe um posicionamento dela dizendo que ela teria ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - E ela já sabia que iria ao Senado também.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Já sabia, já tinha saído na imprensa isso, inclusive, que seria convocada, essa coisa toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, é fundamental essa informação.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - É que o Governo quer liquidar logo o assunto num dia só e impedir que a CPI da Câmara possa se aproveitar das



informações que ela vai dar no Senado, analisar as informações, checá-las, para poder inquiri-la devidamente aqui na Câmara. Esse é o objetivo de trazê-la nos dois dias, no Senado e na Câmara.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu faço um apelo: que V.Exa. anuncie a decisão, porque senão fica essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não. Já anunciei a decisão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - ...esse espaço aí...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Então, está tomado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Vamos abrir um debate depois aqui dos desaforos. Não é o caso.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - E quem vai inquiri-la não é o Governo, é a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Eu só quero....

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Sr. Presidente, baseado na sua decisão....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - ...me auto-excluir dessa: "*o Governo quer*", porque, na verdade, em nenhum momento...

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - V.Exa. está seguindo o quê?

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - E eu também quero me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, eu estou seguindo o que o Deputado Eduardo Cunha, que estava no pleno exercício da CPI, na Presidência, tomou...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Mas o que ele tomou, Presidente? Desculpe o debate com V.Exa., o diálogo. Qual foi a decisão que ele tomou? Porque, se nós aprovamos, hoje, a vinda dela sob a sua Presidência, a partir de hoje é que o senhor tem que marcar e não o que ele marcou para trás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Não, Deputado Vic Pires, tomou sob a condição de, se fosse aprovado, ela viria. Ela já manifestou ao Deputado Marco Maia a intenção de vir...

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu acho que a gente está criando muito barulho por nada, não é, Presidente...



O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, a sua decisão já foi tomada, Sr. Presidente. Vamos passar para o próximo item da pauta.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - Eu acho é que nós estamos criando muito barulho por nada, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nós estamos aqui para trabalhar, para aprovar requerimento, para trabalhar. O Governo quer trabalhar, quer mostrar serviço. O Relator tem responsabilidade, ainda mais agora que o tempo está escasseando. Vamos vota, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vamos, então, para o Item nº 13 da pauta.

Requerimento nº 343/07, do Sr. Efraim Filho e outros, que solicita a convocação do Sr. Fernando Brendaglia de Almeida, funcionário da INFRAERO, para prestar depoimento nesta CPI.

Para encaminhar o requerimento.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, só para aproveitar para encaminhar. Veja, V.Exa., e lamento a ausência de V.Exa. na Presidência nesse período. Não receba isso nem como ironia nem cinismo da minha parte. Porque é necessário esse diálogo, uma posição serena, mas, reparem: está-se colocando a quebra de sigilo como medida a ser votada depois dos depoimentos, olha a contradição. Dois diretores da ANAC tiveram seus pedidos de convocação rejeitados, ou seja, nós não vamos ouvi-los e não teremos a oportunidade de discutir se é procedente ou não o pedido de transferência de dados sigilosos.

Segundo, como a CPI será prorrogada por 30 dias, mas qualquer informação, se for aprovada, na seqüência, precisa de pelo menos 15 a 30 dias, em especial os dados bancários e telefônicos. O que vai acontecer? Não serão votados hoje, porque se verifica, por mais justificável que seja a razão, em função da votação na Comissão de Constituição e Justiça da CPMF, que a sessão irá cair. Ou seja, nós não iremos votar os demais requerimentos, os pontos que foram objeto inclusive de denúncia e que precisam ser aprofundados não serão votados na reunião de hoje e, provavelmente, nós só teremos uma oportunidade na próxima quarta-feira.

Então, nosso encaminhamento será favorável a todos os requerimentos, inclusive das pessoas de São Paulo — não vamos nos perder também nessa



disputa pequena, não é regional ou partidária —, mas a aprovação de todos os requerimentos indica a posição do PSDB e o precedente aberto de que o mesmo argumento para justificar outros requerimentos. Então, só para registrar, porque, ao que parece, a sessão irá cair porque será pedido verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. Então, para encaminhar o requerimento, o item 3.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Para encaminhar também, Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Antes de o senhor encaminhar, eu queria lhe apresentar um requerimento por escrito para que a gente, em função dessa discussão da ANAC e da Denise Abreu, da Dra. Denise Abreu, que a gente pudesse antecipar as votações dos Requerimentos nº 20, 23, 24, 26 e o 27, que são todos eles requerimentos que tratam sobre essa denúncia e tal que foi formulada, que foi feita pelo Brigadeiro J. Carlos e que será fruto da investigação que nós teremos aqui.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, então, para adendo, como nós queremos investigar as denúncias, e esta é a razão que foi apresentada pelo Relator, é fundamental a transferência dos sigilos telefônicos, tanto da Dra. Denise quanto do Dr. Carlos. Isso é condição. Se o foco é a denúncia, tudo tem de ser investigado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Portanto, solicitar também, Sr. Presidente, que esse requerimento de minha autoria e do Deputado Gustavo Fruet possa ser votado junto com a proposta do autor do requerimento, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Faça outro. O requerimento do Deputado Marco Maia é para antecipação da votação dos itens que ele listou; qualquer outro tem que ser feito requerimento também.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - Pela ordem, Sr. Presidente. Então, da mesma forma que o Relator, eu gostaria de incluir o requerimento em que pede a quebra do sigilo da Dra. Denise. Uma vez que nós aprovemos o requerimento, que



aproveamos também a quebra do sigilo, bancário, fiscal e telefônico. Inclua também esse. Esse é o requerimento que eu faço.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Perfeitamente, nobre Deputado Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Eu acho que inversão de pauta só pode ser requerido no início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Sem nenhuma dúvida.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Portanto, eu acho que está prescrito este acordo de cada um fazer um requerimento e tentar fazer inversão neste momento.

E gostaria também de me somar ao Deputado Gustavo Fruet no sentido de que o PMDB, o PT, o PP, o PR, o PTB, o PSC, PTC e o PTdoB também, estão todos dentro do mesmo propósito de fazer essas convocações para auxiliar ao nobre Relator e clarear para a população brasileira, mostrando verdadeiramente o objeto desta CPI. Todos nós estamos comprometidos com essa verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, isso que o Deputado Carlos Willian levanta é o que é correto. O nosso Regimento determina que a inversão de pauta tem de ser feita no início, antes da votação. E sendo assim, nós podemos até passar pelo Regimento, desde que não haja nenhuma observação. Havendo, não tem o que se discutir, tem de se voltar ao Regimento.

Então, continuando, nós estamos no item 13 da pauta.

Para encaminhar o Requerimento nº 348/07, item 13 da pauta. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*
Aprovado.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Verificação, Sr. Presidente. Votação contrária e verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Verificação concedida.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Espere aí, Deputado Carlos Willian. Vai ter uma votação aqui.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Não é votação, não. É verificação.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Pois é, vai ter uma votação. Senão vai cair a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Vou fazer a chamada nominal dos presentes: André Vargas.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Aqui, Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Beto Mansur (*Pausa.*)

Carlos Zarattini (*Pausa.*)

Eduardo Cunha (*Pausa.*)

José Carlos Araújo (*Pausa.*)

Leonardo Quintão (*Pausa.*)

Marcelo Castro (*Pausa.*)

Deputado Marco Maia.

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Nelson Meurer (*Pausa.*)

Paes Landim (*Pausa.*)

Pepe Vargas (*Pausa.*)

Wladimir Costa (*Pausa.*)

PSDB, Democratas e do PPS:

Antonio Carlos Mendes Thame (*Pausa.*)

Geraldo Thadeu (*Pausa.*)

Gustavo Fruet.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Solange Amaral (*Pausa.*)

Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu voto... Conforme afirmou o Deputado Gustavo Fruet, essa era uma estratégia, por sinal muito clara, do Governo nesta Comissão de que caísse essa sessão.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS - Pela ordem, Sr. Presidente. O Deputado Eduardo Cunha falou, tem CPMF, eu tenho audiência do gás...

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Nós estamos em votação e não cabe questão de ordem, nem nada. Nós estamos em votação, Sr. Presidente



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Willian, eu não concedi nenhuma questão de ordem, nós estamos em votação. O Deputado Vanderlei Macris, quando foi expressar o seu voto, aproveitou e fez a sua observação.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - Ah, então está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) -

Deputado Vic Pires Franco.

O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO - “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vitor Penido
(*Pausa.*)

Deputado Dr. Ubiali (*Pausa.*)

Osmar Júnior (*Pausa.*)

Wolney Queiroz (*Pausa.*)

Fernando Gabeira (*Pausa.*)

Luciana Genro.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Cândido Vaccarezza
(*Pausa.*)

Carlos Willian.

O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN - “Sim”, Sr. Presidente. Eu lamento aqui a ausência da maioria da Oposição para colaborar com essa propositura aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Edson Santos (*Pausa.*)

Eduardo Valverde (*Pausa.*)

Fátima Pelaes. (*Pausa.*)

Filipe Pereira. (*Pausa.*) Léo Alcântara. (*Pausa.*)

Luiz Fernando Faria. (*Pausa.*)

Nelson Pellegrino. (*Pausa.*)

Rocha Loures. (*Pausa.*)

Sabino Castelo Branco. (*Pausa.*)

Sandes Júnior. (*Pausa.*)

Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)

Carlos Sampaio. (*Pausa.*)



Davi Alcolumbre. (*Pausa.*)

Efraim Filho. (*Pausa.*)

Otávio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Rodrigo de Castro.
(*Pausa.*)

Silvinho Peccioli. (*Pausa.*)

Sérgio Brito. (*Pausa.*)

Silvio Costa. (*Pausa.*)

Fábio Ramalho. (*Pausa.*)

Miguel Martini.

O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI - “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Um, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9,
10.

Caiu a sessão. Então, fica marcada... Dos 10, tiveram 9 “sim” e teve 1 “não”.
Então, não houve *quorum* regimental e a sessão vai cair.

Então, nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se amanhã, dia 16 de agosto, no Plenário 9, no Anexo II, para tomada de depoimento, às 9 horas, do Sr. Jorge Luiz Brito Velozo, Diretor de Segurança Operacional e Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e, às 15 horas, da Sra. Denise Maria Ayres de Abreu, Diretora da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Está encerrada...

O SR. DEPUTADO MARCO MAIA - Só queria fazer um apelo, Sr. Presidente, um aviso: como nós teremos a sessão amanhã, às 15 horas, e pode haver atrasos no Senado que empurre a sessão para um pouquinho mais tarde, acho que seria de bom tom que os Srs. e Sras. Parlamentares se organizassem para uma sessão que pode entrar à noite amanhã. Então, eu quero só fazer esse aviso e esse pedido para que não corramos o risco de ficar aqui fazendo a oitiva só eu e o Sr. Presidente, aqui na CPI.



É só um apelo, um aviso para todo mundo leve isso em consideração ao marcar os seus retornos a partir de amanhã.

O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET - Sr. Presidente, eu é que devolvo o apelo. É possível ainda mudar. Está se quebrando um procedimento. V.Exa. fez a ponderação, mas atendeu ao interesse, segundo V.Exa., da maioria. Então, que fique bem registrado como é que foi dada essa definição. Quer dizer, o apelo é para que se mantenha a serenidade, o bom senso e o debate aberto e franco de esclarecimento. Nós não queremos aceitar subterfúgios, mesmo porque muitos têm programação em função da agenda que é previamente avisada. Por isso que insisto. Lamentei a sua ausência neste período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Castro) - Então, está encerrada a presente reunião.